

DOSSIÊ

DESERTO VERDE

O Latifúndio do Eucalipto

Março 2006

“Os inconformistas quase nunca tem razão nos precisos termos em que se manifestam. Mas, quase sempre tem razão na identificação do problema que os inconforma e no sentido geral da solução que eventualmente lhe será dada. Aos inconformistas só a história, nunca os contemporâneos, pode dar razão”.

(Boaventura de Souza Santos)

No calor do abril vermelho, nenhuma outra ação patrocinada pelas organizações do movimento sem terra provocou tanta indignação na “elite pensante” brasileira quanto as invasões das plantações de celulose de mega-empresas como a Klabin e a Veracel (leia-se Aracruz Celulose) em Santa Catarina e na Bahia. “Sem terra agora invadem terras produtivas”, apressarem-se a alardear, quase agradecidas pela munição que lhes era oferecida, as manchetes e chamadas dos principais jornais e telejornais brasileiros. Afinal de contas, não seria mesmo indefensável a ocupação de terras de empresas rentáveis, que empregam mão-de-obra nacional e pagam (quase sempre) em dia seus impostos? O senso comum – e disso se aproveitaram alguns respeitáveis colunistas de economia – parece dizer que sim. Entretanto, uma análise mais próxima impõe o seguinte questionamento: “Sim, a terra é produtiva. Mas, produtiva para quem, cara pálida?”.

Neste artigo, vamos utilizar o exemplo da Aracruz (a Klabin fica para uma segunda oportunidade). A Aracruz Celulose é uma empresa transnacional controlada pelos grupos Lorentzen, da família real norueguesa, Safra e Votorantin, com cada um possuindo 28% do capital votante. A empresa se instalou no Espírito Santo há 35 anos e hoje é a líder mundial da produção de polpa branca de celulose de eucalipto, respondendo por 31% da oferta do produto em todo o planeta. Das primeiras terras adquiridas no Brasil, no município de Aracruz, ela deu um salto e possui hoje 247 mil hectares plantados com eucalipto nos estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Sua capacidade nominal de produção no Brasil é de 2,4 milhões de toneladas de polpa de celulose por ano. Apenas a unidade de Barra do Riacho (ES), onde existem três fábricas de celulose, é responsável pela produção de 2 milhões de toneladas/ano.

O detalhe é que cerca de 95% da polpa de celulose produzida no Brasil é destinada ao mercado externo, sobretudo para a União Européia e os Estados Unidos. Nesses lugares, cerca de 80% a polpa importada do Brasil é transformada em papel higiênico e lenços de nariz. O retorno financeiro para a Aracruz é muito alto: em 2003, a empresa registrou um lucro líquido de R\$ 870 milhões, o maior desde sua criação. Com o beneplácito do BNDES no governo de Fernando Henrique Cardoso – em 2002 o banco injetou R\$ 840 milhões na construção de uma nova fábrica – a Aracruz foi a empresa que teve maior aumento nos ganhos em 2003 se comparado ao ano anterior, obtendo um aumento de 7.000%.

Atualmente, a menina dos olhos da Aracruz é a Veracel Celulose, empresa criada em sociedade com outra gigante do setor, a Stora Enso (50% do capital para cada). A Veracel já tem 70 mil hectares de eucalipto plantado no sul da Bahia e seu complexo industrial fabril, com entrada em operação prevista para 2005, será capaz de produzir 900 mil toneladas de celulose por ano.

Como se vê, é muita riqueza, e é isso que parece entusiasmar os defensores das “terras produtivas” da Veracel/Aracruz na grande imprensa. O problema é que essa riqueza é distribuída, sim, entre as poucas famílias acionistas da empresa e não para “a sociedade brasileira” como se quer fazer crer. Mesmo a propalada geração de empregos é um mito, como já comprovaram estudos realizados pela Universidade Federal do Espírito Santo e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) que demonstraram que a monocultura do eucalipto é altamente mecanizada em todas as suas fases e demanda pouca mão-de-obra nos locais onde está instalada. A Veracel, com todo o seu faturamento e gigantismo, promete gerar cerca de cinco mil empregos diretos e indiretos no Brasil, sem especificar por quanto tempo, ao passo que o desenvolvimento de um programa de agricultura familiar variada pode gerar até 30 postos de trabalho permanente por hectare. Ao contrário, a monocultura do eucalipto expulsa o trabalhador do campo, como nos mostra o exemplo de Vitória. Antes da Aracruz, a capital abrigava 15% da população capixaba, atualmente abriga 50%.

Existem ainda os prismas histórico e ambiental. Sob o primeiro, é difícil negar – mesmo para os inebriados acionistas da empresa que se esbaldam nas festas de São Paulo – que a consolidação da Aracruz Celulose no Brasil se confunde com o deslocamento forçado, a repressão e o assassinato de indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais em Minas, na Bahia e, sobretudo, no Espírito Santo. Para lutar contra os danos que a monocultura do eucalipto causa ao meio ambiente, mais de cem organizações ambientalistas brasileiras criaram a Rede Deserto Verde, para evitar a continuidade da compra de terras pela Aracruz no Brasil. Além da evidente perda da biodiversidade provocada pela monocultura, o eucalipto é acusado de exaurir os lençóis de água subterrâneos num curto espaço de tempo.

A última novidade surgida sobre o impacto ambiental das atividades da Aracruz foi revelada em estudo da FASE publicado em março deste ano, após seis meses de análise dos rios Sahy, Guaxindiba e Doce, localizados em reservas indígenas Tupiniquim e Guarani no norte do Espírito Santo. De acordo com a análise, a empresa estaria se apropriando da maioria dos recursos hídricos da região e deixando as aldeias sem água. Após adquirir 90% das terras em torno das fontes de recursos hídricos, a Aracruz consome por dia, sem pagar nada por isso, o equivalente ao consumo de 2,5 milhões de pessoas, o que representa quase a população de todo o Estado.

Ciente dessas informações, somente por má vontade alguém pode querer criminalizar os sem terra por invadir as “terras produtivas” da celulose, sejam elas pertencentes a Veracel/Aracruz ou a Klabin. O fato é que, enquanto milhões de brasileiros ainda passam fome no campo, esse setor, por mais que queira se travestir de moderno e gerador de divisas, nos revela a face (talvez a cara de pau, se me permitem o trocadilho) de um capitalismo excludente para o povo e inserido numa lógica mundial onde o Brasil ainda é um quintal produtor de matérias primas ou secundárias para atender as metrópoles.

Em um ato visto como selvageria pelos defensores dessas “terras produtivas”, as três mil e quinhentas famílias que invadiram a fazenda da Veracel em Porto Seguro derrubaram 25 hectares de eucalipto e, em seu lugar, plantaram milho e feijão. A verdadeira selvageria – utilizar largas extensões de terra boa para uma monocultura que agride o país social e ambientalmente, gera lucros indecentes para uma minoria e em nada contribui para que seja combatida nossa terrível desigualdade social – ainda não foi percebida pela “elite pensante”. Talvez não tenham entendido o que disse, na sua sabedoria, o trabalhador rural flagrado pelas câmeras de televisão em terras da Veracel: “Estamos com fome, uai, eucalipto não se come!”.

Monocultivo de Árvores, Papel e Celulose na Metade Sul do RS

I - INTRODUÇÃO

Dada a complexidade do tema que envolve o plantio de monocultivos de árvores na metade Sul do Estado, basicamente para a produção de celulose destinada à exportação, com repercussões econômicas, sociais, culturais, ambientais e políticas, faz-se necessário um debate técnico e político, para construirmos uma opinião política e uma estratégia de logo prazo acerca destes projetos.

Apresento a seguir um conjunto de informações sobre as empresa, potenciais problemas ambientais e algumas idéias básicas de possíveis medidas compensatórias para a agricultura familiar, envolvida nas cadeias tradicionais da região.

II - AS EMPRESAS

1 - Aracruz Celulose S.A.

Atualmente a Aracruz é a maior produtora de celulose branqueada de eucalipto no mundo. Em 2004, a companhia produziu 2,4 milhões de toneladas de celulose, sendo que 97% foi exportada. A Aracruz utiliza exclusivamente plantio de eucalipto para produzir celulose de *fibra curta de alta qualidade* para produzir um grande número de produtos de alta qualidade, como papel para imprimir e escrever, todos de alto valor agregado.

A Aracruz, em associação com Weyerhaeuser, também produz madeira serrada, através de sua unidade fabril no Estado da Bahia.

A Aracruz possui 252 mil hectares de plantação de eucaliptos nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, além de 71 mil hectares de árvores de eucaliptos plantados e manejados por agricultores.

Conforme o relatório do terceiro trimestre de 2005, a Aracruz produziu no trimestre 688 mil toneladas de celulose, já incluído a participação de 50% na VERACEL, ou seja, 18% acima do mesmo trimestre de 2004. A produção acumulada de janeiro a setembro de 2005 soma 2,027 milhões de toneladas, ou seja, 10% superior ao mesmo período de 2004.

VERACEL produziu, no terceiro trimestre de 2005, 174 mil toneladas de celulose, das quais, 87 mil toneladas corresponde à participação da Aracruz na VERACEL. As vendas no trimestre foram de 650 mil toneladas, 3% a mais do que o mesmo trimestre de ano anterior.

O lucro líquido do terceiro trimestre foi de R\$ 296,8 milhões, inferior aos R\$ 368,2 milhões do mesmo trimestre de 2004. Já o lucro líquido de janeiro a setembro de 2005 soma R\$ 990,5 milhões.

A Unidade de Guaíba (RS), no terceiro trimestre, teve uma produção de papel de 14 mil toneladas, que representa o consumo de 12 mil toneladas de celulose, aqui produzidas.

Os investimentos na unidade de Guaíba somam R\$ 100 milhões, sendo R\$ 42,1 milhões só no terceiro trimestre. Estão previstos ainda mais R\$ 12 milhões para o quarto trimestre de 2005. Recursos destinados à otimização e modernização da indústria. Também estão sendo investidos R\$ 50 milhões em melhorias e expansão florestal.

Até março de 2006, a empresa quer ampliar sua capacidade instalada das atuais 400 mil toneladas para 430 mil toneladas ano de celulose branqueada de eucalipto na unidade de Guaíba. Até 2007, a fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro (RS), vai aumentar a produção de mudas de eucalipto dos atuais 10 milhões para 30 milhões de mudas de eucalipto por ano. Provavelmente, será este o viveiro que fornecerá as mudas para a Stora Enso em sua fase inicial de plantio no Estado, parceira da Aracruz

na VERACEL.

O preço líquido médio da celulose vendida diretamente pela Aracruz foi de R\$ 1.194/t, no terceiro trimestre, 11% menor que o recebido no mesmo período de 2004.

As dívidas da Aracruz em 30/09/05 eram de R\$ 3.989,9 bilhões, detendo uma disponibilidade de caixa na oportunidade de R\$ 1.420,1 bilhões. Do total da dívida, R\$ 3.037 bilhões (77%) eram em moeda estrangeira, com juro fixo de 6,3% a.a. e R\$ 904 milhões (27%) em moeda nacional, com juros fixos de 11,8% a.a. As dívidas em moeda nacional são todas de empréstimo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A Aracruz, pelos dados de 30/12/2004, é proprietária de 56,2 mil hectares de terra no Rio Grande do Sul, dos quais 42 mil hectares estão plantados com eucalipto e em parceria com os agricultores 400 hectares.

2 - Votorantim Celulose e Papel - VCP

O relatório do terceiro trimestre de 2005 traz as informações operacionais e financeiras da empresa apresentadas em reais, porém sem incluir as consolidações proporcionais (12,4%) da Aracruz Celulose S.A. e (23,0%) da Ripasa S.A. Celulose e Papel, cujos resultados foram contabilizados via equivalência patrimonial.

Os volumes totais de vendas de celulose e papel no terceiro trimestre somaram 378 mil toneladas, 19% superior ao mesmo trimestre de 2004, principalmente em função do aumento das exportações (40%) de celulose. O lucro líquido do terceiro trimestre de 2005 foi de R\$ 114 milhões.

A Dívida Bruta em 30/09/2005 é de R\$ 3.116 bilhões, porém com uma Disponibilidade em Caixa de R\$ 1.290 bilhões, portanto com uma Dívida Líquida de R\$ 1.826 bilhões, sendo 86% em dólares e 14% em reais. A dívida em reais inclui empréstimos do BNDES.

Segundo o relatório do terceiro trimestre de 2005, a Votorantim, pela primeira vez, fez um planejamento estratégico de longo prazo - 15 anos ou dois ciclos de eucalipto - com a criação da Visão VCP 2020.

A partir de seu planejamento estratégico de possibilitar seu crescimento futuro na produção de celulose, foram aprovados fortes investimentos na área florestal, incluindo a aquisição de terras e o plantio de eucalipto no Estado de São Paulo, em regiões próximas às fábricas, e a implantação de uma nova reserva florestal da VCP no Sul do Estado do Rio Grande do Sul (podendo eventualmente incluir o norte do Uruguai), com a compra já efetuada de 66 mil hectares de terras. Além disso, já estão previstos novos investimentos visando a uma otimização da unidade de Jacareí, o que deve possibilitar que sua capacidade anual alcance 1,1 milhão de toneladas de celulose até 2007.

Desta forma, fica evidente que a vinda da VCP para o Rio Grande do Sul não é obra do Governador Germano Rigotto, mais sim de uma estratégia de longo prazo da empresa.

A VCP comercializa seus produtos no mercado interno e exporta para mais de 55 países, nos cinco continentes.

A estratégia no RS

A VCP já adquiriu 66 mil hectares em 14 municípios da Metade Sul do Estado. O pólo do monocultivo de árvores e a unidade industrial da VCP irão se localizar no eixo Rio Grande - Pelotas - Arroio Grande, expandindo-se até Bagé.

A projeção da empresa é de produção de 3 milhões de metros cúbicos de madeira em 2011 e de 4,2 milhões em 2012. Para atingir esta meta, é projetado o plantio de 100 mil hectares de eucalipto até 2011, sendo que deste total 30% deve ter origem na produção de terceiros, através do programa lançado pela empresa de "Poupança Florestal".

No ano de 2004 já haviam sido plantadas em terras próprias 11 mil hectares e uma projeção de plantar mais 15 mil hectares em 2005. Através da "Poupança Florestal" haviam sido plantadas em 2004 500 mil mudas de nativas e 25 milhões de mudas de eucalipto.

Dos 4 mil agricultores inscritos no "Poupança Florestal", 400 foram selecionados, o que resultou em 130 programas implementados. A empresa projeta uma área total de 5 mil hectares até o final de 2005.

No dia 03 de novembro de 2005 o presidente da VCP José Luciano Penido, junto com

o governador Rigotto, anunciou o início do processo de licenciamento sócio-ambiental para a implantação de uma unidade de produção de celulose na Metade Sul do Estado, cujo processo pode levar até dois anos.

Segundo a empresa será um investimento de 1,3 bilhões de dólares, com uma capacidade estimada de produzir um milhão de toneladas de celulose por ano, destinada à exportação pelo porto de Rio Grande, para a Europa, Ásia e Estados Unidos.

A empresa projeta a criação de 8 mil postos de trabalho durante a implantação da fábrica e, a partir da sua operação, haverá a oferta de mais dois mil.

Segundo a VCP, até o final de 2005 serão investidos R\$ 310 milhões na aquisição de terras, na contratação e treinamento de pessoal para a construção do maior viveiro coberto do país.

3 - Stora Enso

A empresa sueco-finlandesa é uma das líderes mundiais na produção e comercialização de papel, celulose (produtos florestais). O faturamento foi de 12,4 bilhões de Euros em 2004. A Stora Enso emprega cerca de 45 mil pessoas, em mais de 40 países, nos cinco continentes.

Sua capacidade anual de produção é de 16,4 milhões de toneladas de papel e papelão, 7,7 milhões de metros cúbicos de madeira cerrada, incluindo 3,2 milhões de metros cúbicos de produtos com alto valor agregado.

A empresa tem manifestado a intenção de construir uma fábrica de celulose no Uruguai e/ou na Metade Sul do Rio Grande do Sul. O senhor Nils Grafstrom, presidente da empresa para a América Latina, diz que a obra está avaliada em 1 bilhão de dólares e deve iniciar em cinco anos, estando pronta para operar em 7 anos, quando o primeiro ciclo de eucaliptos estiver prontos para ser cortado.

A fabrica deverá ser instalada junto à base florestal e perto de um rio de grande vazão, por exemplo, o Ibicuí, porém, descartando o rio Uruguai. O projeto será parecido com o da VERACEL no Sul da Bahia, onde foram investidos US\$ 1,2 bilhões em parceria com a Aracruz Celulose, cuja capacidade é para produzir 900 mil toneladas de celulose por ano.

A participação acionária na VERACEL, é de 50% da Aracruz e 50% da Stora Enso. A VERACEL é o primeiro grande investimento do Stora Enso no Brasil. Segundo a empresa a escolha desta região para seus futuros investimentos deu-se em função do clima favorável para o crescimento do eucalipto.

A região escolhida para seus investimentos envolve os municípios de Alegrete, Cacequi, Maçambará, Manuel Viana, Rosário do Sul, Santiago, São Francisco de Assis e Unistalda.

Segundo a empresa serão investidos US\$ 50 milhões no ano de 2005, para a compra de 50 mil hectares de terra destinados ao plantio de eucalipto e pínus, já a partir de 2006. A empresa estima consumir US\$ 250 milhões de dólares em florestamento (entre compra de terras, instalação de viveiro e plantio do eucaliptos).

O fornecimento de mudas até 2007, será feito por terceiros, quando então estará construído o viveiro próprio. A meta da Stora Enso é plantar 100 mil hectares de eucalipto e pínus, sendo que 20% será em parceria com terceiros a nível local.

III - AS ESTRATÉGIAS MACROECONÔMICAS DAS EMPRESAS:

As empresas na sua maioria são verticalizadas, integrando todas as etapas do processo produtivo, desde a base florestal, industrialização e comercialização de papel e produtos derivados.

De forma geral, três quartos da celulose produzida a partir da madeira é processada dentro da indústria e destinada à produção de papel. Da celulose se extraem dois grandes grupos de produtos, a celulose de fibra longa de alta resistência mecânica para a produção de embalagens e a celulose de fibra curta destinada à produção de papel para imprimir e escrever.

No mercado mundial, 44% é de pasta de celulose de fibra longa e 42% de fibra curta. Esta relação poderá se alterar rapidamente em função do avanço tecnológico, novos usos da fibra curta de eucalipto, os menores custos na produção de fibra curta de eucalipto, o preço superior na produção da fibra longa e as restrições de retirada de madeira das florestas americanas, tem impulsionado os investimentos das empresas para a produção de fibra curta.

As vantagens comparativas na base florestal e para a produção de pasta de celulose no hemisfério Sul, principalmente as condições climáticas com ciclo de corte de 5 a 7 anos para as árvores de eucalipto, inferior as do hemisfério Norte que varia de 25 a 35 anos para o pinus e menor valor das terras para o plantio. O Brasil tem ainda acúmulo tecnológico em manejo de florestas plantadas.

As vantagens competitivas do hemisfério Sul levaram ao fechamento de muitas empresas no hemisfério Norte, transferindo seus ativos para o Sul, comprando empresas aqui ou fazendo parcerias (VERACEL).

O Brasil é responsável por 18% da produção mundial de fibra curta branqueada de eucalipto, sendo desta forma, o maior produtor mundial. Em 2002, os dez maiores produtores de celulose eram Estados Unidos (29%), Canadá (14%), China (9%), Finlândia, Suécia e Japão (6%), Brasil e Rússia (4%), Indonésia (3%) e Chile (1%).

O setor de papel e celulose no Brasil é constituído de 220 empresas, com produção estimada em 2004 de 9,5 milhões de toneladas de celulose e 8,2 milhões de toneladas de papel.

Todos os indicadores apontam para um cenário de crescimento positivo em torno do mercado de celulose, de no mínimo 2% ao ano, de forma firme, além de estar associado ao crescimento do PIB mundial, com preços estáveis, especialmente a celulose de eucalipto que continuará crescendo nos próximos anos em função da popularização dos instrumentos de cópia e impressão disponibilizados pela era da informática.

A produção de papel para imprimir e escrever na Europa Ocidental durante os meses de julho e agosto de 2005 ultrapassou os níveis de 2004 em 3,6% (203 mil toneladas). As vendas de celulose durante os meses de julho e agosto no Europa Ocidental cresceram 3,5% (209 mil toneladas) em comparação a 2004. No mesmo período, as vendas de celulose de eucalipto alcançaram 1,4 milhões de toneladas, um aumento 7% (93 mil toneladas) em relação a 2004. As maiores perspectivas de crescimento do mercado mundial de celulose estão nos países asiáticos.

Os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais da cadeia florestal, pensando principalmente em grandes fábricas de celulose, especialmente de eucalipto, voltam-se para a metade sul do RS, mas também, articulando-se com o pampa Uruguaio e Argentino, bem como o Sul do Chile, formando no Cone Sul da América do Sul um grande pólo florestal pelas seguintes razões:

- Vantagens comparativas em relação ao hemisfério Norte, já citadas anteriormente.

- Mercado mundial de madeira e celulose (cadeia florestal) em expansão, apontando que nos próximos 50 anos, este mercado não sofrerá grandes percalços.

- No caso do Brasil, estudos indicam que desde 2004 a demanda por madeira é maior do que a oferta e esta situação poderá perdurar no mínimo até 2020.

- Infra-estrutura de estradas, portos, telecomunicações, mas principalmente pela existência de água abundante (Lagoa dos Patos, Mirim e rio Uruguai), exigida pelo processo de branqueamento do papel por cloro.

- Condições favoráveis do terreno, permitindo uma mecanização completa de todo o processo, bem como a existência de um pólo da indústria de máquinas agrícolas no RS.

- Frente à situação de estagnação econômica da região Sul, estas propostas acabam por se transformar em espécie de salvação milagrosa para a região.

- Recebem apoio político do governo do Estado e de quase todos os setores empresariais da região, tendo portanto pouca resistência, com exceção do setor dos ambientalistas e algumas vozes nas universidades.

- A produção de eucalipto, durante seu desenvolvimento vegetativo, faz captura de carbono, numa média de 10 milhões de toneladas por hectares ao ano, que as empresas poderão no futuro trocar por créditos de carbono, com base no protocolo de Kioto.

- As empresas estavam pagando inicialmente pelas terras R\$ 3.5 mil por hectare, atualmente estão pagando R\$ 2,8 mil. O INCRA está operando na faixa de R\$ 2,5 mil a R\$ 3 mil por hectare, conforme as características de cada propriedade.

IV - PROBLEMAS POTENCIAIS

Para podermos ter uma visão de longo prazo sobre possíveis problemas de impactos ambientais, sociais e econômicos de desenvolvimento sobre o Pampa Gaúcho, a

partir dos grandes projetos de plantio de monocultivos de árvores comerciais para a produção de celulose, devemos recorrer as experiências acumuladas no Uruguai, até por que se trata do mesmo Bioma do Pampa Gaúcho, além dos Estados de Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia além do Sul do Chile

No Uruguai, dois projetos, de duas fábricas de celulose já aprovadas, uma da escandinava BOTNIA, a qual já adquiriu 100 mil hectares de terra, e outra da espanhola ENCE, que já adquiriu 85 mil hectares de terra, com investimentos previstos de US\$ 2 bilhões, enfrentam forte resistência dos ecologistas e setores populares.

No Uruguai, já são 700 mil hectares de árvores plantadas e no Sul do Chile 2 milhões de hectares. No RS, a área já cultivada com árvores soma 360 mil hectares, que se somados aos 100 mil da VCP e aos 100 mil da Stora Enso (projetados para os próximos 5 anos), chegaremos a 560 mil hectares. Entretanto o professor Carlos Nabinger da UFRGS, estima que em 10 anos o RS poderá ter 1 milhão de hectares ocupados por plantações comerciais de árvores, como eucalipto, pínus e acácia. A mesma informação é encontrada no site da Caixa RS do Governo do Estado.

A FEPAM, responsável pelo Zoneamento Ambiental da Silvicultura, trabalha com dados diferentes dos divulgados pelas empresas e demais órgãos do governo, ou seja, o plantio de 160 mil hectares de eucalipto, pínus e acácia nos próximos 10 anos pelas empresas VCP, Aracruz Celulose e Stora Enso.

O Bioma Pampa Gaúcho, conforme o Mapa de Biomas do Brasil, do IBGE e do Ministério do Meio Ambiente, possui 176.496 Km² ou 17,6 milhões de hectares e representa 63% do território gaúcho. Corriqueiramente fala-se em 15 milhões de hectares o tamanho do Pampa Gaúcho. Entretanto, segundo o pesquisador e professor Carlos Nabinger da Faculdade de Agronomia da UFRGS, dos 17,6 milhões de hectares, restam preservados apenas 8 milhões de hectares, em função do avanço das lavouras e em muitos casos pela lotação excessiva da pecuária.

1 - Questões Ambientais

A ativista Ana Filippini da organização Uruguia World Rainforest Movement afirmou em palestra na capital que o plantio de eucalipto em locais de baixa umidade chegou a secar poços artesianos com até 30 metros de profundidade, deixando a população local sem água. O eucalipto tem alto consumo de água, pois tem uma grande evapotranspiração, podendo ressecar o solo, secar olhos d'água, baixar o lençol freático, secar banhados, diminuir a água dos pequenos córregos e riachos, etc.

Segundo o professor Ludwig Buckup, baseado em estudos de Zoraido Ceroni publicado em 1972, cada eucalipto elimina pela evapotranspiração 36,5 mil litros de água por ano. Então 35 milhões de árvores terão uma evapotranspiração anual de 1,23 quatrilhão de litros de água retirada do solo por ano. Na mesma área, em anos normais, temos uma precipitação anual de 1,5 mil milímetros, chovendo 1,05 quatrilhão de litros de água. O que representa um volume de chuva 20% menor do que vai evapotranspirar em um ano.

Os dados do professor Ludwig, são contestados pelo professor Solon Longui, do Departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal de Santa Maria, baseado em informações da Associação Brasileira de Florestas Plantadas (ABRAFLO), onde durante um ano o consumo de água do eucalipto varia de 800 a 1200 litros por metro quadrado. Também informa que para produzir um quilo de madeira de eucalipto são necessários 350 litros de água.

As fábricas de celulose são também grandes consumidoras de água, com uso de muitos produtos químicos para o branqueamento da celulose, tendo sempre presente o risco de acidentes ambientais.

Outro impacto ambiental causado pelo monocultivo do eucalipto é a redução da biodiversidade da flora e da fauna do Pampa Gaúcho, que se estima existir mais de 3 mil espécies na região entre as quais estão pelo menos 450 gramíneas forrageiras e 150 leguminosas também forrageiras. O eucalipto causa também a degradação da fertilidade dos solos, exigindo grandes investimentos de recuperação posterior à colheita e compactação pelo uso de máquinas pesadas.

2 - Emprego

Um recente estudo sobre empregos realizado nas regiões de atuação da Aracruz no Estado do Espírito Santo aponta que a empresa, na época que buscava

financiamento, afirmava que cada hectare de plantação de eucalipto geraria em média quatro empregos diretos, portanto, com seus 247 mil hectares plantados deveria gerar 988 mil empregos. No entanto, gerou apenas 2.031, segundo dados de 2004.

As pesquisas indicam que desde 1989 até os dias de hoje esta empresa gigantesca gerou 8.807 postos de trabalho, dos quais 2.031 diretos e 6.776 indiretos. Chama a atenção que em 1989 os empregos diretos eram 6.058, duas vezes mais que hoje e que desde que se iniciou a contar os indiretos em 1997, o número passou de 3.706 para quase a metade.

No Brasil, a Aracruz gera um posto de trabalho direto a cada 185 hectares, já no café se gera um emprego por hectares, além de mais um ou dois na colheita. Se avaliarmos a evolução entre emprego e produtividade, se conclui que os atuais 2 mil empregados produzem atualmente quatro vezes mais que os 8 mil que trabalhavam em 1989. Ou seja, a indústria de celulose não usa mão-de-obra intensiva. Uma máquina cortadora de eucalipto faz o trabalho de 14 motos cerras, ofício que praticamente desapareceu em todas as plantações.

Quando relacionamos investimentos com empregos gerados, percebemos que na planta da Bahia, para cada US\$ 600 mil investidos, gera-se um emprego. Esta relação passa para US\$ 3 milhões de dólares por emprego na fábrica "C", chegando a US\$ 3,75 milhões de dólares por emprego na Veracel. Por outro lado, os dados no Brasil, indicam que o emprego rural custa US\$ 2.900 e no comércio custa em torno de US\$ 30.000 dólares.

Segundo o censo agropecuário de 2000 do Uruguai, para cada 1 mil hectares, o número de trabalhadores permanentes no campo é de 4,49 no florestamento, 5,84 na criação de gado, 9,18 na ovinocultura, 10 no cultivo de cereais, 22 no tambo de leite, 128 na criação de suínos, 165 na viticultura e 262 na produção de autoconsumo.

Nossas Principais Críticas aos Grandes Projetos de Celulose:

1. Problemas ambientais já citados acima;
2. Concentração da terra, com expulsão imediata dos agricultores que as venderam. Mostra que as empresas não querem ficar dependentes de parcerias;
3. É mais um obstáculo para o avanço da Reforma Agrária nesta região;
4. Modelo de concentração de terra, de capital e da renda;
5. Modelo exportador, cujos impostos já estão todos desonerados pela lei Kandir, contribuindo muito pouco para os cofres públicos dos municípios e do Estado;
6. Não gera emprego, como demonstrado acima, pelo contrario diminui postos de trabalho;
7. Vai gerar vazios populacionais, como no Espírito Santo;
8. O plantio de culturas anuais em consórcio, com o eucalipto, apregoado pelas empresas, só é possível nos dois primeiros anos, pois nos anos subsequentes a competição por luz, água e nutrientes, inviabiliza as culturas anuais.
9. Os investimentos nas grandes fábricas de celulose estão desvinculados da matriz produtiva já existente, instalada na região.

Lino De David

Assessor da Bancada do PT

na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Pontos críticos da atividade "florestal/madeireira" como eixo de desenvolvimento econômico

1. Plantações não são florestas !

As plantações de árvores para celulose e madeira são **atividades agrícolas de monoculturas industriais para exportação**. O eucalipto é 'colhido' com 7 ou 8 anos e o pinus com 15 anos, em média. É fundamental fazer a opinião pública enxergar que as enormes plantações de uma mesma espécie de árvore são na verdade uma **vasta produção industrial de exportação à céu aberto**. A Aracruz exporta mais de 90% da sua produção e pretende se tornar um grupo internacional, exportando cada vez

mais⁰.

Só porque são muitas 'árvores' não quer dizer que seja uma coisa boa. Estas árvores estão ocupando a terra, absorvendo muita água e empobrecendo o nosso solo. Sobretudo essas árvores serão destinadas à fabricação do papel que alimenta o padrão de consumo e de bem-estar capitalista dos países do norte, sem importar o peso ecológico e social de manter este padrão às custas dos efeitos na nossa sociedade.

Ou seja, o papel higiênico, as fraldas, os jornais, os livros, o material de propaganda e as embalagens das milhares de mercadorias do primeiro mundo dependem da nossa terra, água e do nosso clima para existir. Expandir a produção de celulose alimenta este padrão insustentável de consumo que depende da exploração da natureza de uma região do planeta, o sul, para manter o padrão de vida de outro, o norte. Para angariar aliados no norte, este é o ponto que as campanhas de consumo consciente apelam, em especial na Alemanha e na Holanda.

2. Novo mecanismo de acumulação: o mercado de carbono

As plantações produzem celulose para papel e também madeira, utilizada na maior parte como carvão para indústrias pesadas para exportação (por exemplo de ferro gusa no caso de Minas Gerais e do Espírito Santo).

Mas o modelo das plantações também está sendo expandido cada vez mais como "sumidouro de carbono".

Frente ao efeitos globais do aquecimento do planeta e da mudança do clima, o protocolo de Quioto exige a adoção de mecanismos limpos de desenvolvimento. Entre eles estão os projetos de plantações de árvores para a obtenção de créditos de carbono, que podem ser comercializados no mercado internacional. Estes créditos servem para abonar os efeitos poluidores e destruidores do meio ambiente causados pela indústria.

Isso significa que, se uma empresa pode comprar créditos de carbono, gerados por plantações destinadas a este fim, pode assim compensar suas emissões de gases de efeito estufa. Comprando só créditos, pode seguir poluindo o meio ambiente. Ou seja, ao invés de mudar o modelo de produção e buscar formas sustentáveis, os que podem pagar seguem destruindo enquanto outros especulam no mercado internacional com isso.

A utilização das plantações para produção de créditos de carbono é um grande mercado em expansão e irá utilizar terra e água dos países do sul para perpetuar uma relação entre norte e sul que é historicamente de sangria e de pilhagem.

O modelo das "plantations" é uma invenção norte americana para otimizar a exploração colonial do trabalho, e também da natureza, que alimenta o capitalismo.

3. Projeto regional de controle da água e do território

O crescimento das plantações no RS aprofunda e expande um modelo regional de controle dos recursos naturais. A terra, a paisagem e a água - incluindo o aquífero Guarani e as hidrovias (rios Uruguai e Jacuí).

Este controle dos recursos também inclui a garantia de energia e água para processar a pasta de celulose (as hidrelétricas que estão previstas para o Rio Uruguai). Ou seja, implantar as plantações para celulose nas terras do RS também inclui as estratégias para o controle da água.

As formas de ocupação do território com as plantações são distintas

A Aracruz trabalha com o conceito de "hortos" florestais com distribuição geográfica das plantações espalhadas em pequenas manchas e utilizando encostas e áreas impróprias para a agricultura mecanizada (como as encostas). O modelo de grandes "blocos" é utilizado pela empresa Stora Enso, onde o pinus em geral está bem próximo das estradas. Esta opção é definidora da logística para escoar e processar a madeira e a celulose.

Os hortos da Aracruz estão em Guaíba, onde está sua fábrica que será modernizada e ampliada, além de Eldorado, Pântano, Encruzilhada e Camaquã.

Os planos da empresa são expandir neste mesmo eixo pela BR. A Aracruz pretende inovar na logística e usar a hidrovia do Jacuí, pois assim reduz o uso de combustíveis e custos e se torna mais competitiva.

A empresa sueco-finlandesa Stora Enso, maior empresa de celulose do mundo, anunciou que pretende construir uma fábrica de processamento de pasta às margens

do rio Uruguai nos próximos 7 anos. Esta empresa está hoje atuando no oeste do RS⁰.

4. A geopolítica das empresas papelarias é um projeto de controle a longo prazo

É preciso considerar a expansão das plantações e seus efeitos na apropriação e uso dos recursos e controle do território como **um projeto à longo prazo**.

A atividade agrícola dos pinus e eucaliptus depende de contratos e investimentos no plantio que levam vários anos para a colheita e para o retorno \$. Isso distingue esta monocultura agrícola de outras, como a soja. As fábricas de pasta de celulose envolvem altíssimos investimentos e isso deve ser garantido com a compra de terras pelas empresas ou com contratos que assegurem o retorno do investimento junto aos seus “parceiros” ou “arrendatários”.

A curto prazo a procura por terras para este fim aumenta o valor das terra, o que é uma questão para a desapropriação para reforma agrária. A longo prazo a terra se torna tão deteriorada – e o custo de destocá-la e recuperá-la para uso agrícola tão inviável – que levar os plantios até à exaustão do solo e da água se torna a única alternativa.

Além disso, a compra da madeira na hora da colheita será definida pelo mercado – estas mesmas poucas empresas. Na hora da venda, quem vai definir os preços são as empresas porque só elas têm a capacidade de processar a celulose.

Os efeitos devastadores das plantações de pinus e eucaliptus nos países vizinhos do Uruguai e da Argentina (províncias de Misiones e Corrientes) comprovam seus impactos no esvaziamento do campo e na devastação ecológica.

Recentemente a mobilização de ambientalistas e moradores dos dois países deu origem a uma crise diplomática entre os dois países sobre a instalação de plantas processadoras de celulose sobre o Rio Uruguai vem mobilizando a imprensa e a opinião pública nestes países sobre a importância do tema das papelarias⁰ e sua relação com a questão da água.

A situação destas regiões bem próximas comprovam que o aumento da área com plantações não promove o crescimento econômico para o campo, nem é uma solução efetiva para o empobrecimento rural e o êxodo da população para os grandes centros.

Onde se instala uma plantação, não há lugar para outras espécies de vegetais, de animais como também não lugar para seres humanos: são os desertos verdes.

A EMPRESA: A Aracruz celulose é controlada por 4 acionistas majoritários que detém o direito a voto: grupo Lorens (28%), banco Safra (28%), Votorantin (28%) e BNDES (12,5%). Estes são os controladores do conselho de administração. Independentemente deste conselho existe uma diretoria estatutária que toma as decisões estratégicas. Isso explica porque a Votorantin é acionista da Aracruz e também ‘concorrente’ . Isso permite que as duas empresas apareçam como aliadas em certos casos e projetos e concorrentes em outros

No estado do Rio Grande do Sul a Aracruz procura se diferenciar de outra empresa a Stora-Enzo (sueco-finlandesa), que também está se instalando no RS, e é hoje a maior produtora de celulose no mundo. Na conjuntura do RS a Aracruz seria “do bem” e a Stora Enzo “do mal” porque é estrangeira, isso também porque a Aracruz planta eucaliptus e a outra majoritariamente pinus.

A EMPRESA ESTRANGEIRA “A empresa sueco-filandesa Stora Enso, líder mundial no setor de celulose e papel, definiu os municípios onde irá adquirir propriedades para iniciar o plantio de eucaliptos e pinus. As cidades de Alegrete, Cacequi, Maçambará, Manoel Viana, Rosário do Sul, Santiago, São Francisco de Assis e Unistalda servirão de base para o projeto de florestamento da multinacional. Segundo o deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS), outras localidades deverão fazer parte do empreendimento. “Trabalhamos para incluir Uruguaiana, Itaqui, São Borja, Nova Esperança, Jaguari e outros municípios”, pontuou. O parlamentar participou do evento do dia 10 ao lado do governador Germano Rigotto (PMDB), de secretários estaduais e dos representantes da Stora Enzo na América Latina, Neils Graasfström e Otávio Pontes. (11/102005)

Para a aquisição de 50 mil hectares serão aplicados, até o fim do ano, US\$ 50 milhões. A empresa pretende firmar parceria com os produtores locais; 20% das terras deverão ser arrendadas. O plantio dos eucaliptos e pinus começa no início de 2006. Heinze informa ainda que a estrutura física do viveiro deverá estar pronta até dezembro. O parlamentar destaca que o projeto de florestamento e a instalação de uma fábrica de celulose, provavelmente daqui a sete anos, em local ainda a ser definido, impulsionarão a economia na região.”É mais uma alternativa que trazemos aos nossos agricultores”, comemora. A unidade industrial poderá consumir investimentos de até US\$ 1 bilhão.

CONJUNTURA MERCOSUL “Sobre o rio Uruguai, fronteira com Argentina, duas empresas transnacionais do setor de celulose, Botnia (finlandesa) e Ence (espanhola), constroem grandes plantas industriais. Simultaneamente implantam no país grandes áreas de florestas de eucalipto e pinus. Esta semana, o canteiro de obras em Fray Bentos foi invadido por ambientalistas que pedem a paralisação das obras para discutir a implementação de um plano de gestão ambiental e produção mais limpa a ser adotado nos processos de produção. Os argentinos apoiaram o protesto bloqueando a rodovia de acesso à ponte internacional lá existente. O fato gerou conflito grave provocando o pronunciamento do presidente da República do Uruguai. As negociações ocorrem ao nível das chancelarias”

O professor e pesquisador do Instituto de Biociências da UFRGS e integrante da entidade ecológica IGRE, Ludwig Backup, participou nesta quinta, dia 19, de entrevista online no clicRBS. Backup foi questionado pelos internautas e jornalistas do clicRBS sobre os riscos ambientais do plantio de grandes extensões de pinus e eucalipto na Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Especialista alerta para risco da monocultura de árvores no RS
Conforme o especialista, estudos recentes apontam para o alto consumo de água das plantações de espécies exóticas no sistema de monocultura, causando a extinção de variedades da flora e fauna, além da redução da quantidade de água presente naturalmente na região do plantio. Confira a íntegra da entrevista.

Ludwig Backup: Oi, boa tarde. Estamos aqui para conversar sobre as monoculturas.

clicRBS: A Aracruz e a Stora Enso anunciaram neste ano que passou grandes investimentos no Rio Grande do Sul para a produção de celulose. O Estado é adequado para este tipo de indústria? O clima e o solo gaúchos são adequados para as plantações de árvores necessárias à produção de celulose?

Ludwig Backup: Decididamente não. Motivos: a área escolhida, Metade Sul do Estado, é um bioma de campo (Pampa), com solo, clima e vocação sócio-ambiental impróprios para florestamento com espécies exóticas, como o eucalipto e o pinus.

Internauta: Professor, quais serão os impactos ambientais no sul do RS após as plantações das árvores exóticas?

Ludwig Backup: A revista Science de 23/12/2005, página 1944, publicou excelente artigo mostrando que as plantações de eucalipto no pampa argentino reduziram o fluxo de água dos rios em 52%, secaram 13% dos rios, córregos e arroios, aumentaram a salinidade e acidez do solo, em apenas um ano após o plantio. O mesmo pode acontecer no pampa sul-brasileiro.

Internauta: Professor, que outras culturas são adequadas para a Metade Sul?

Ludwig Backup: Aquelas que se ajustam à vocação sociocultural da região, ou seja, uma integração equilibrada entre pecuária extensiva, plantios diversificados em rotação de cultura e processos vários de fixação do homem ao ambiente no qual nasceu e ao qual permanece vinculado por laços culturais.

Internauta: Como o senhor avalia a atuação da Fepam na liberação das licenças para o plantio desse tipo de cultura?

Ludwig Backup: A Fepam é órgão executivo do governo do Estado. Não tem espaço nem poder de caráter deliberativo. Até aqui tem sido totalmente incapaz de fiscalizar as plantações de exóticas já realizadas no Estado. No planalto o pinus está sendo plantado até a margem dos rios, após destruição da mata ciliar e até para dentro dos capões de pinheiros nativos remanescentes. Qualquer licenciamento só poderia ser liberado após extensos investimentos em zoneamento ecológico, avaliação das qualidades do solo e das reservas de água no espaço natural.

clicRBS: E se a Fepam não fiscaliza as plantações e não sabe quais as conseqüências do cultivo de árvores, como essa atividade vem sendo permitida? Não caberia à Fepam decidir se é possível ou não plantar determinadas culturas?

Internauta: O que falta à Fepam é pessoal para fiscalizar ou vontade política para realizar essa tarefa?

Ludwig Buckup: A Fepam deveria poder decidir, mas não o faz. À Fepam faltam recursos humanos e materiais. Em termos de gerenciamento percebe-se que o órgão perde um tempo enorme com as questões de balcão e apagando os incêndios administrativos. E politicamente, a Fepam depende das decisões políticas das esferas superiores e que pensam de forma completamente diferente.

clicRBS: O governo estimula esse tipo de cultura através do Plano Nacional de Florestas (PNF), oferecendo recursos para o plantio de árvores para celulose. Estes dados apresentados pela Science não são suficientemente fortes para que o governo reverta esses financiamentos?

Ludwig Buckup: Os argumentos da Science são fortes sim, convincentes e indiscutíveis. Só que os órgãos do governo não lêem o Science, mas sim lêem propostas para aumentar a arrecadação de tributos, agradar aos investidores estrangeiros e pensando nas próximas eleições.

clicRBS: O professor da UFRGS Carlos Nabinger defende novas técnicas de pecuária que teriam baixo impacto ambiental e garantiriam mais renda para os pecuaristas. Esta seria uma saída para a Região Sul do RS, ou a pecuária também tem impactos na região?

Ludwig Buckup: O professor Nabinger, da Faculdade de Agronomia da UFRGS, fez recentemente excelente palestra sobre a vocação dos campos sulinos. Demonstrou que com um pouco de assistência técnica e aporte moderado de recursos materiais e financeiros, é possível aumentar em 200% a produtividade no referido ambiente.

clicRBS: A Metade Sul do Estado vem sofrendo com a falta de alternativas de renda há décadas. Que alternativas os agricultores e pecuaristas que estão partindo para o plantio de árvores teriam? Que alternativas o governo e a sociedade civil poderiam oferecer a esta região? Como a Metade Sul poderia se desenvolver, e não apenas gerar renda?

Ludwig Buckup: Sim, o ciclo da soja já mostrou que este modelo econômico expulsou o homem do campo para a cidade. O plantio extensivo, fala-se em 28 milhões de pés de eucalipto, em nada ajudará ao homem do pampa a viver em seu ambiente. Quem disse que o gaúcho do pampa quer ser empregado da Aracruz, da Votorantin ou da Stora Enso? O que ele certamente busca é um lugar para viver com sua família, poder alimentar os seus, criar seus animais e participar de um uso sustentável dos recursos naturais oferecidos pelo meio em que vive. O Eucalipto, tal como a soja, vai expulsar o homem para a cidade, engrossando o cinturão de pobreza e exclusão social que hoje cercam as metrópoles.

Internauta: Professor, 28 milhões de árvores são apenas algo como 25 mil hectares. Isto não significa nada em termos florestais. Há controvérsias bastante sérias a respeito do consumo de água pelas florestas plantadas. Estudos feitos pela USP indicam que elas não consomem valores significativamente diferentes daqueles utilizados pela floresta natural.

Ludwig Buckup: Não estamos comparando plantação de eucalipto com florestas naturais, estamos discutindo a inconveniência de plantar florestas em uma paisagem cuja potencialidade bioecológica é o campo. Neste sentido vale lembrar o absurdo de argumentar que uma plantação de soja também apresenta uma elevada evapotranspiração. Só que soja é alimento e madeira de eucalipto destina-se à exportação, o que configura

um caso típico de privatização de lucros e socialização dos custos ambientais.

Internauta: Professor, eu estou me referindo a consumo de água. Parece que Pínus e Eucalipto são vilões e não são. São árvores que têm um potencial de adaptação e crescimento para as condições brasileiras bastante importantes. O fato de serem originárias de outras locais não as desmerece nem as transforma em 'bandidos'.

Ludwig Buckup: Plante 700 eucaliptos por hectare, então você vai ver que dá muito mais do que 25 mil hectares.

Internauta: O problema não está na Fepam. Está faltando discussão sobre o assunto, há muita radicalização, com desconhecimento elevado. O senhor fala em milhões de árvores como se fosse um absurdo. Quantos milhões ou bilhões ou trilhões (não sei bem) de pés de soja são plantados por ano no RS, por ano?

Internauta: Quantas pessoas vivem hoje no campo da Metade Sul? A pecuária não emprega tanta gente assim.

Ludwig Buckup: A densidade populacional é baixa, certamente, mas políticas eficazes de apoio as atividades agropecuárias da região e uma política de reforma agrária correta, estimularão a criação de novas rotas migratórias para aquele espaço. Vejam o absurdo como disse o jornalista Oca, adequadamente: Hoje estão destruindo as matas da Amazônia para criar pastagens e aqui no sul estão plantando eucaliptos destruindo os campos de pastagem.

clicRBS: Existem outros impactos do plantio de árvores no campo além do problema da água?

Ludwig Buckup: Sim, além do problema da perda de recursos hídricos do solo existe o problema da acidificação, da desertificação e da perda de nutrientes.

Internauta: E qual é o impacto para as espécies silvestres?

Ludwig Buckup: Para as espécies nativas, a monocultura de exóticas com o pínus e o eucalipto representa o seguinte tipo de impacto: A perda (extinção) de espécies nativas, a modificação das condições ambientais e principalmente a biocontaminação dos ecossistemas adjacentes por espécies invasoras como o Pínus elliottii. Na serra geral o pínus já invadiu a mata atlântica em todas as áreas de contato.

Internauta: O senhor já visitou florestas plantadas bem manejadas? O senhor já ouviu falar que no Paraná, em áreas de Pínus com quatro anos foram encontrados dois filhotes de puma? O senhor, como ambientalista, deve saber que puma é topo de cadeia e para que ela exista é necessário equilíbrio ambiental.

Ludwig Buckup: O puma é um péssimo exemplo. É um mamífero predador com grande deslocamento ocupando, em suas caçadas espaços de quatro a cinco mil hectares ou mais. Ninguém disse que uma plantação de pínus é biologicamente estéril. Mas como a diversidade biológica é baixa, havendo quase nenhuma humificação das agulhas no solo e sem qualquer sub-bosque herbáceo ou arbustivo, entende-se que pouquíssimas espécies animais fazem desta plantações um lugar para viver e reproduzir-se de forma estável e permanente.

clicRBS: Professor, a localização do Aqüífero Guarani tem relação com a

escolha do sul. Da América do Sul para o norte, os países (consideramos o estudo da Ciência) monocultura de eucalipto e pinus, juntamente com complexos siderúrgicos e de celulose que ferem ecossistemas e empobrecem Ludwig Buckup: A Universidade de Biologia e Social em prol da ciência e da conservação da América do Sul. A ameaça que existe vem da salinização por excesso de água. A necessidade de uma ciência responsável de geração de riquezas e de ocupação de nosso território, que coloquem como clicRBS: Diversos estudos apontam para os riscos ambientais e sociais da criação para os riscos de não plantar árvores. Metade Sul. Isso é suficiente para mobilizar o governo e a opinião pública para que sejam feitos mais estudos, ou para que novas alternativas de desenvolvimento sejam pensadas. O histórico brasileiro desde 1500 demonstra a prática de colocar recursos naturais e o trabalho de seu povo a serviço da exportação de riquezas para os chamados países desenvolvidos. É importante que toda a comunidade gaúcha se mobilize para que o governo examine a proposta, dê ênfase à implementação, replante de monoculturas, dentre elas as das árvores, especialmente a de eucalipto e pinus. O NE não são florestas = A fazenda com a qual sempre participe de uma ONG denominada SRE = Fazenda Água Viva, que sempre prioriza a conservação dos recursos hídricos em todas as suas atividades, e tornando-se presas fáceis dos predadores de biodiversidade especializados em degradar os quintais do sul, que via de regra carecem de um desenvolvimento democrático, que permita reorientar a apropriação e o uso dessas regiões, no rumo da inclusão, da justiça e da sustentabilidade. Notícias/Ambiente 19/01/2006 13h33min A exemplo do que já ocorrera nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e

DESERTO VERDE MONOCULTURAS NÃO SÃO FLORESTAS

O debate em torno do chamado “florestamento” da metade sul como uma alternativa de desenvolvimento começa a tomar vulto e alcançar novas formas de percepção e compreensão para o tema, que não aquelas pautadas pela propaganda das empresas e governos que norteiam o projeto. Além da degradação ambiental que ameaça o bioma pampa, os principais motivos de tal percepção encontram-se, entre outros: no histórico dessas próprias empresas em atividades em outros Estados e Países; na exploração trabalhista; na monocultura que acirra a concentração de terra e dificulta a implementação de uma política de reforma agrária e que ameaça sítios arqueológicos, principalmente de fósseis indígenas bastante comuns na metade sul, fatos que sugerem uma reflexão sobre:

Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul está hoje sendo um protagonista da discussão antagônica entre desenvolvimento ou efetiva degradação da metade sul com o malfadado “florestamento”, o qual carrega de contrabando a implantação predatória de complexos dos setores siderúrgicos e de celulose.

As empresas responsáveis pela implantação de tal projeto vêm investindo em propagandas com o discurso de desenvolvimento com pretextos ambientais. O governo Rigotto vem tratando o “florestamento” como “um dos principais eixos do projeto de desenvolvimento do Rio Grande do Sul e uma das consequências é a mudança do perfil econômico da Metade Sul” (conforme matéria veiculada no Jornal Diário Popular, Pelotas, RS, Quinta, 31.03.2005).

A empresa Aracruz Celulose S/A, protagonista de impactos negativos em outros Estados como no Espírito Santo e na Bahia, e agora no Rio Grande do Sul, possui um método peculiar de “propagandismo” em torno de suas atividades e novas instalações, como forma de maquiagem a realidade e engessar a contra-ofensiva dos movimentos ambientais, mantendo uma “boa aparência” perante a opinião pública.

Uma de suas práticas é a antecipada e contundente publicidade que periodicamente aluga páginas inteiras dos principais veículos de informação na imprensa estadual, a qual em contrapartida “enaltece a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico do Estado”, como uma retribuição aos polpudos negócios publicitários. Outra prática é o financiamento de algumas Ong’s como a capixaba “*instituto Terra da Gente*” que concedeu à Aracruz o troféu “Mata Atlântica” o que é uma piada de mau gosto, quando se trata de uma empresa que acabou com milhares de hectares da mesma mata em 1993, na época as denúncias foram comprovadas e a empresa teve seu funcionamento embargado pelas autoridades pelo período de dois anos. Posteriormente a estratégia foi alterar o nome para Veracel Celulose S/A para continuar suas atividades no sul da Bahia onde o embargo lhe rendera um enorme desprestígio.

Outra variável que dificulta a mobilização em torno de um debate e uma reflexão transparentes é a postura do Governo Lula que vem se submetendo aos interesses oligárquicos do capital estrangeiro, que foram legitimados e intensificados no Governo FHC (fator que provoca uma certa crise de identidade em valorosos companheiros ativistas que nortearam várias lutas e hoje compõem o Governo).

Tendo como principal braço o BNDES, o Governo destina enormes quantidades de recursos a esses complexos de celulose, sendo complacente com a falácia de desenvolvimento limpo, incentivado pelo Banco Mundial.

Alguns Governos Estaduais como o de Rigotto surfam na onda do que chamam de desenvolvimento carregando nos braços tais empresas predadoras, o que aliás é uma prática desse governo gaúcho, nos seus projetos de desenvolvimento, em acolher e prestigiar grandes empresas que não possuem qualquer responsabilidade social.

Diante destas circunstâncias é preciso aglomerar forças em torno do movimentos associativos, como a CUT, o MST, Ong’s Ambientais responsáveis que já possuem histórico de lutas contra a exploração do trabalho, na reafirmação da luta pela reforma agrária e justiça na terra contra o modelo latifundiário e contra a prática de monoculturas que esterilizam a terra e promovem a degradação sócio-ambiental que já não encontra mais espaço nos países do norte e migram para os quintais do sul. Devemos considerar como um avanço, a resistência de países como Uruguai e Argentina que já esboçam contra-ofensiva a ser considerada pelos gaúchos.

FÁBIO GÖEBEL

Assessor Deputado Estadual Flávio Koutzii-PT

As populações atingidas reivindicam deste governo a criação de políticas públicas que recuperem esse passivo socioambiental desastroso e incentivem ações que fortaleçam nossas diversidades biológicas, culturais e agroecológicas.

Monocultura, e responsável pela contaminação da água dos rios, causando também a morte e o envenenamento de porcos, galinhas e outros animais domésticos. O

Araçuz Celulose é o nome de uma empresa de celulose e papel chamada PT Inti Indorayon Utama que passou a operar em Sumatra, Indonésia, com capital e tecnologia vindos da Europa.

Quilombolas do Espírito Santo receberam grandes concessões de terra, uma linha inteira no lago de Toka (Ilha de Samosir) na Norte de Sumatra) foi concedida a empresa para a plantação de eucalipto

o assoreamento dos rios, hoje praticamente secos, uma vez que a espécie de eucalipto que também usou um milhão de hectares de terra em Riau, uma outra província em Sumatra. A falta d'água não aflige só os animais, como também impede a

produção de qualquer tipo de alimento. O amendoim cresce raquítico, o feijão não se desenvolve e o milho não nasce, deixando claro que a improdutividade da terra generalizou-se

Os quilombolas, portanto, não têm perspectiva de trabalho e nem de qualquer forma de rendimento ou sustento. Muitos migraram para os grandes centros, 1991 plantações não teríamos mais que contar com a veia madeira

negros, todos os moradores que vivem nessas empresas estavam se beneficiando duplamente desse programa de governo: por um lado estavam recebendo empréstimos livres de juros para estabelecer os seus negócios (0% de juros). E por outro, tinham o direito de cortar a

empresa (a conta das árvores), para fazer carvão vegetal. Algumas comunidades têm seus próprios fornos, outras pagam uma espécie de aluguel. Além disso, há crianças, muitas outras empresas começaram a plantar eucalipto e outras árvores, nas terras

comunitárias e jovens trabalhando sem qualquer tipo de proteção. Como se não bastasse a degradação dos solos e rios, o que alegam estudiosos Espírito Santo, tornou a terra do povo de Batak, uma população indígena que vivia e os próprios quilombolas, principalmente os mais antigos, que acompanharam durante

decadas todo o processo de mudanças sofridas na região, é que a culpa recai sobre a Naquela época, os agricultores não sabiam o que era eucalipto. Tentamos saber mais

conclusão da instalação da Araçuz Celulose, que levou a devastação de milhares de São Paulo, ele é. Quando a empresa começou a operar, percebemos que não era bom para o ambiente e as pessoas. Percebemos que as árvores eram muito sedentas por

resistência do movimento rural, indígena e quilombola, foi aprovada a Lei nº 2527/01, do Espírito Santo, que proíbe por tempo indeterminado o plantio de eucalipto

em novas áreas, até que seja feito um zoneamento agroecológico em todo o estado. Não sabíamos que iam construir uma fábrica de celulose e papel próxima a plantação. Mas eles montaram a fábrica logo depois que começaram a plantação

exatamente. Isso criou danos ambientais terríveis. A fábrica estava usando maquinaria pesada sua expansão, entre elas a implantação do Programa Produtor Florestal, em 1990, que

consiste no arrendamento de terras de pequenos agricultores para que estes introduzam o eucalipto em suas propriedades. O solo, o ar e a água ficaram extremamente poluídos. A fábrica de polpa estava próxima de um

mercado. Nessa forma, a empresa, que confirma ter eucaliptos plantados em 7,1 mil hectares por ano, começou a reclamar a poluição. Vimos uma água preta saindo da fábrica. Mas a administração disse que a água preta não significava poluição "o café também é

preto". Mais de 6 mil agricultores de 131 municípios de Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul já foram incorporados ao Programa, e já está havendo

expansão para o Rio de Janeiro. Resta saber se esses produtores estão cientes de que além da rentabilidade do eucalipto ser 25 vezes menor do que a do cultivo de

em famílias que cresçam. O povo de Batak costumava coletar produtos da floresta, e também produziam pequenas estátuas de madeira usando uma madeira especial local. Mas

longo tempo atrás, a Araçuz nega as acusações e sustenta a versão de que sua atividade contribui para a preservação ambiental e a sustentabilidade das regiões onde

ecultiva o eucalipto. Em sua página na internet, a companhia divulga informações, dados de clipping de notícias sobre seu alto desempenho, que lhe rendeu diversos prêmios. E a população local conseguiu trabalho, na empresa, eles recebiam um salário mais

assim como também exibem atividades direcionadas para as comunidades locais. O que se sabe é que as denúncias nunca aparecem na grande mídia e a empresa é sempre citada como um caso de sucesso. Porém geógrafos, antropólogos, ambientalistas e pesquisadores têm de um modo geral, atuam contrariando essa lógica. Lutam por

Mobilizações

A população local se revoltou e fizeram muitas ações contra a empresa. Eles arrancaram as árvores repetidamente e queimaram a fábrica. Eles também

queimaram as casas dos trabalhadores migrantes e as escolas. Eles fizeram bloqueios nas ruas. Essas ações foram muito mais fortes do que o que aconteceu na

Araçuz. As mulheres foram muito ativas nessa campanha. Muitas pessoas foram presas e 10 mulheres de Sugapa tiveram que cumprir 3 anos na cadeia pelas ações

de resistência. Em 1999, 7 pessoas foram baleadas, duas fatalmente.

A oposição começou em nível local e tornou-se nacional e internacional. Em nível nacional, foi a primeira vez que todos os setores da sociedade se uniram em uma única questão. Naquele momento, a ditadura não permitia a existência de movimentos sociais, então foram principalmente as ONGs, os grupos de jovens e os movimentos religiosos que se envolveram. Também se tornou uma questão para as organizações de Direitos Humanos. Então apelamos para a justiça para denunciar a empresa: foi o nosso primeiro processo legal sobre uma questão ambiental. Perdemos a causa, mas muitas pessoas do movimento foram inspiradas por ele.

A maior parte do tempo a opinião pública estava ao nosso lado. Parece que as pessoas sabiam sobre os impactos danosos das plantações de eucalipto. No Brasil, se as pessoas são tão críticas sobre a ação na Aracruz, talvez seja porque não estão cientes dos perigos. Mas eles certamente irão se inteirar mais no futuro.

Nos anos 90, após a queda de Suharto, o governo fechou a fábrica. Mas em 2002 a fábrica reabriu, sob um novo nome (PT Toba Pulp Lestari, de propriedade do grupo Raja Garuda Mas) e usando outras tecnologias. O governo Indonésio queria fechar a fábrica, mas isso iria contra as regras do acordo de livre comércio da OMC. A Noruega ganhou o caso na disputa legal da OMC e forçou a Indonésia a reabrir a fábrica de celulose e papel.

Redes trabalhando nessa questão:

- Greenpeace International, Greenpeace Australia (vieram para coletar amostras).
- Walhi (rede Indonésia). Walhi é uma rede Indonésia em questões ambientalistas. Eles estavam trabalhando nessa questão naquele período.

Testemunho de Harris Putra, Indonesian Peasant Federation [Federação Indonésia de Camponeses], La Via Campesina Indonésia (Porto Alegre – 12 de março de 2006)

MANIFESTO DAS MULHERES CAMPONESAS - VIA CAMPESINA – BRASIL 08/03/2006

À II Conferência Mundial da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (FAO)

Somos Mulheres Camponesas, filhas desta terra brasileira, que há 500 anos vem sendo regada com suor, sangue e muito trabalho de tantas gerações de mulheres e homens de diferentes etnias. Mesmo com todas as lutas de resistência dos povos indígenas, negros e brancos pobres, nosso país continua sendo um território para extração de riquezas que alimentam os lucros de grandes grupos capitalistas. O Brasil está longe de ser uma nação livre e soberana.

Neste 8 de março, durante a realização desta II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, inspiradas pela história de mulheres do mundo inteiro que morreram na luta pela vida, nos manifestamos contra todas as formas de violência e exploração que sofremos no Brasil, como parte do povo pobre, como camponesas e como mulheres. E sobretudo, reafirmamos o compromisso com a luta por uma sociedade socialista, sem desigualdades de classe, gênero e etnia.

Para os capitalistas, a terra, as águas, as sementes, o ar, as matas são recursos que devem ser explorados conforme seus interesses econômicos. Para nós, camponesas e camponeses, estes elementos da natureza são a base da vida, são riquezas que não tem preço, por isso não podem ser mercantilizadas. Em nome do desenvolvimento, do progresso e da modernidade, o capitalismo avança sobre o mundo desrespeitando limites, leis, colocando em risco a vida de todos os seres vivos, inclusive da humanidade.

As empresas capitalistas, com a conivência da maioria dos governos, transformaram a agricultura num negócio, no agronegócio, e se apoderaram de nossas riquezas naturais, de nosso território utilizando-os como mercadorias

de Refúgio e a Agência Integral, essa população também é muito de lida para a produção de alimentos e a exploração da energia utilizada no trabalho nos campos, regiões do Brasil.

2. Sobre a Reforma Agrária, o texto afirma que a Reforma Agrária não é a Reforma da Reforma Agrária, mas a Reforma da Reforma Agrária. O texto afirma que a Reforma Agrária não é a Reforma da Reforma Agrária, mas a Reforma da Reforma Agrária.
1. São os direitos dos povos e das autoridades locais e das multinacionais e as políticas dos países e das multinacionais.
3. Que os governos não se comprometam a implementar a Reforma Agrária. O texto afirma que a Reforma Agrária não é a Reforma da Reforma Agrária, mas a Reforma da Reforma Agrária.
4. Para nós, mulheres camponesas, a terra deve cumprir função social não apenas econômica, mas também social e cultural. O texto afirma que a Reforma Agrária não é a Reforma da Reforma Agrária, mas a Reforma da Reforma Agrária.
2. O texto afirma que a Reforma Agrária não é a Reforma da Reforma Agrária, mas a Reforma da Reforma Agrária.
5. Sobre a produção de alimentos, o texto afirma que a Reforma Agrária não é a Reforma da Reforma Agrária, mas a Reforma da Reforma Agrária.
6. O texto afirma que a Reforma Agrária não é a Reforma da Reforma Agrária, mas a Reforma da Reforma Agrária.
7. O texto afirma que a Reforma Agrária não é a Reforma da Reforma Agrária, mas a Reforma da Reforma Agrária.
8. O texto afirma que a Reforma Agrária não é a Reforma da Reforma Agrária, mas a Reforma da Reforma Agrária.

É com esta convicção, que nós mulheres camponesas, trabalhadoras continuaremos lutando.

Viva o 8 de março !

Globalizemos a luta,

Globalizemos a esperança,

Globalizemos a solidariedade!

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

Movimento dos Sem Terra (MST)

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB)

Pastoral das Juventude Rural (PJR)

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Porto Alegre, 08 de março de 2006

Declaração Movimento Mulheres Camponesas – Santa Catarina

08/03/2006

LUTA, RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO.

MULHERES CAMPONESAS DA VIA CAMPESINA AGEM EM DEFESA DA VIDA, DA SOBERANIA, DA SAÚDE HUMANA E DO PLANETA TERRA.

O Movimento de Mulheres Camponesas luta de forma incondicional pela vida!

A partir da ação realizada pelas mulheres da Via Campesina, no dia Internacional da Mulher, queremos fazer uma reflexão sobre o que significa, para a humanidade e para o planeta, a plantação de eucaliptos e a estratégia da Aracruz Celulose.

De acordo com dados fornecidos por Hilaine Yaccoub⁰:

As comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos do Norte do Espírito Santo, região denominada Sapê do Norte, (Conceição da Barra e São Mateus), vêm sofrendo com o impacto causado pela monocultura do eucalipto desde que, há cerca de 40 anos, a Aracruz Celulose se estabeleceu na região. Antes da chegada da empresa, havia 2 mil comunidades, com 10 mil famílias. Hoje restaram 35 comunidades, com cerca de 1.300 famílias.

ISSO SIGNIFICA QUE, EM 40 ANOS DE PRESENÇA DA ARACRUZ, NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO, 1.965 COMUNIDADES DESAPARECERAM, 8.700 FAMÍLIAS. Alguém calculou este prejuízo e o massacre desses povos?

Indígenas e quilombolas do norte do estado do ES venderam suas terras diante da promessa da empresa de oferecer trabalho e renda para todos, sem saber que isso não seria possível, já que a indústria é altamente mecanizada e necessitava, portanto, de mão-de-obra qualificada, o que praticamente inexistia nessa região onde a escolaridade da população é baixa.

O despojo de seus territórios tradicionais também inviabilizou a agricultura de subsistência e a criação de animais. Os poucos que resistiram permaneceram ilhados pelos eucaliptos da empresa e hoje sobrevivem do plantio de mandioca para fazer farinha e da cana para produzir melado. Utilizam os restos de madeira do eucalipto para produzir carvão vegetal, além de outras pequenas produções, como frutas e verduras produzidos no próprio quintal de casa, onde resta o mínimo de terra produtiva que puderam conservar.

Restaram-lhes, então, os ofícios mais degradantes, como carregar tonéis de herbicidas e agrotóxicos para serem aplicados nos cultivos de eucalipto, de modo a facilitar a colheita - já que essas substâncias extinguem qualquer outra forma de vida que não o eucalipto. Em média, são jogados cerca de 250 mil litros de herbicidas por dia nas plantações de eucalipto.

Um dos venenos utilizados é o Tordon que, além de ser ilegal, por ser comprovadamente cancerígeno e causador de doenças genéticas, não é indicado para esse tipo de cultura. Mesmo assim, a substância é utilizada em todos os municípios onde o eucalipto é plantado, sob o aval do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf) e da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama/lema), que não toma qualquer providência mediante denúncias feitas, inclusive, por meios de comunicação que atuam na área, como a revista eletrônica Século Diário, onde diariamente são divulgados depoimentos dos quilombolas da região, além de notícias referentes às questões ambientais da região do Sapê do Norte.

Essa prática, além de representar riscos à saúde e à própria vida das famílias, é responsável pela contaminação da água dos rios, causando também a morte por envenenamento de porcos, galinhas e outros animais domésticos. O problema se tornou tão grave que não há mais um córrego que não esteja contaminado nos municípios de Conceição da Barra e de São Mateus.

A Aracruz Celulose destruiu todas as formas de subsistência de nossas populações: destruiu os rios, destruiu a mata atlântica, invadiu as terras produzindo o caos social e ambiental.

Os pescadores não têm mais o que pescar; a água de uso doméstico está contaminada, adoecendo crianças e adultos, forçando uma população desempregada a comprar água mineral ou a se deslocar quilômetros de distância para buscar água potável. Tudo isso porque a Aracruz Celulose, na sua produção, *consome uma quantidade diária de água que corresponde à mesma quantidade que uma cidade de dois e meio milhões de habitantes gasta por dia*, e não paga nada por isso. E mais, para atender ao seu interesse econômico não respeita qualquer

princípio ético, ambiental e social: represa rios, faz transposição da bacia do Rio Doce (Canal Caboclo Bernardo), inunda propriedades, inverte cursos de rios (Rio Gimuna). Assim produz um desastre ambiental incalculável e irreversível.

Outro indício da devastação e do desequilíbrio ambiental causados pelo plantio de eucalipto é o assoreamento dos rios, hoje praticamente secos, uma vez que a espécie consome muita água. A falta d'água não aflinge só os animais, como também impede a produção de qualquer tipo de alimento. O amendoim cresce raquítico, o feijão não se desenvolve, o milho não nasce, deixando claro que a improdutividade da terra generalizou-se.

Os quilombolas, portanto, não têm perspectiva de trabalho e nem de qualquer forma de rendimento ou sustento. Muitos migraram para os grandes centros, contribuindo para o agravamento do processo de favelização das cidades. Os moradores que ficam, sem encontrar saída para sobreviver vão até o lixo da Aracruz Celulose recolher as sobras de madeira que não têm nenhuma serventia para a empresa (a ponta das árvores), para fazer carvão vegetal. Algumas comunidades têm seus próprios fornos, outras pagam uma espécie de aluguel. Além disso, há crianças, mulheres e jovens trabalhando sem qualquer tipo de proteção.

Como se não bastasse a degradação dos solos e rios, o que alegam estudiosos e os próprios quilombolas, principalmente os mais antigos, que acompanharam durante décadas todo o processo de mudanças sofridas na região, é que a culpa recai sobre a instalação da Aracruz Celulose, que levou à devastação de milhares de alqueires de Mata Atlântica. Com base em denúncias feitas por diversos grupos de ambientalistas, pesquisadores e do movimento rural, indígena e quilombola, foi aprovada a Lei nº 252/01, do Espírito Santo, que proíbe por tempo indeterminado o plantio de eucalipto em novas áreas até que seja feito um zoneamento agroecológico em todo o estado.

Em função disso, a Aracruz desenvolveu novas estratégias para prosseguir com sua expansão, entre elas a implantação do Programa Produtor Florestal, em 1990, que consiste no arrendamento de terras de pequenos agricultores para que estes introduzam o eucalipto em suas propriedades.

Neste Programa, o pequeno produtor recebe da Aracruz as mudas e tem a compra da madeira assegurada a um preço muito menor (25 vezes menor) que o de mercado. Dessa forma, a empresa, que confirma ter eucaliptos plantados em 71 mil hectares por meio do Programa, se exime de responsabilidades pela agressão ao meio ambiente, que recaem sobre o pequeno produtor.

POUCOS SABEM QUE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2004 A ARACRUZ CELULOSE OBTEVE UM LUCRO FINANCEIRO DE 135,5 MILHÕES DE DÓLARES.

Devemos lembrar também que no dia 20 de janeiro deste ano, a empresa Aracruz Celulose S/A mobilizou helicópteros, bombas, armas e 120 agentes da Polícia Federal do Comando de Operações Táticas (COT), vindos de Brasília, para destruir duas aldeias e expulsar 50 pessoas dos povos Tupiniquim e Guarani de sua terra tradicional, no município de Aracruz (ES).

Sem sequer receber uma ordem de despejo, os Tupiniquim e Guarani foram surpreendidos com o violento ataque. A ação, que resultou na prisão arbitrária de duas lideranças e deixou outras 12 pessoas feridas, teve todo o apoio logístico da Aracruz. Os 120 agentes da Polícia Federal receberam hospedagem e utilizaram o heliporto e os telefones da multinacional.

Durante a ação ilegal da Polícia Federal – condenada inclusive pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados –, tratores da multinacional destruíram totalmente duas aldeias Tupiniquim e Guarani. Todas as casas foram derrubadas e muitos índios não puderam retirar seus pertences de dentro delas.

No noticiário das grandes empresas de mídia, não se viu nenhuma mãe Tupiniquim ou Guarani com seus filhos chorando, nenhum ministro do governo condenando a ação ou mesmo o dono da empresa lamentando a violência.

Mas se por aqui as grandes empresas de mídia não repercutiram o crime cometido pelo aparelho repressor do Estado e a empresa Aracruz Celulose S/A, a família real da Suécia resolveu vender suas ações da multinacional devido às denúncias e fortes pressões contra a violação de direitos humanos cometidos e o desrespeito ao meio ambiente no Brasil.

Você que diariamente acompanha os MCS, já se perguntou porque a imprensa

está na defesa das transnacionais? É fácil falar das conseqüências de um modelo perverso, que coloca acima de tudo, o lucro de capitalistas, donos das transnacionais. A tendência da maioria do povo brasileiro é de assistir passivamente àquilo que é passado pela imprensa como se fosse a verdade absoluta. Anestesiados pelas propagandas e pelas falsas ilusões, muitas vezes somos impedidos de emitir nossas posições, de levantar questionamentos e de enxergar a face oculta de quem com seu trabalho, produz a própria vida.

Para nós do MMC não é suficiente ficarmos na constatação dos problemas sociais. Entendemos que precisamos fazer ações que consigam suscitar o debate, para que os reais problemas que afetam nossa vida, não apenas sejam aflorados, mas sobretudo possibilitem à sociedade tomar posição frente aos mesmos.

Não podemos mais admitir que a ciência, a pesquisa continue a serviço das transnacionais, do lucro, do capital. Enquanto Movimento Social nosso papel é barrar certos processos de desenvolvimento econômico e social que compromete a vida do planeta e da humanidade futura. Pois nosso principal objetivo é a defesa da vida, da natureza e do ecossistema.

Como mulheres, compartilhamos a idéia de que *Toda fêmea* quando toma consciência que sua cria corre perigo, luta de todas as formas para defendê-la e garantir sua vida. *Toda árvore nativa* quando se sente ameaçada, em seu último ato busca todas as forças para dar continuidade de sua espécie, florescendo, dando muitos frutos e sementes antes de se entregar e morrer. *A mulher camponesa* como um ser pensante ao tomar consciência da ameaça que pesa sobre a vida de seus filhos (as) e do próprio planeta, se organiza e, de forma coletiva age decididamente construindo possibilidades de sobrevivência.

Toda forma de luta em defesa vida da maioria das pessoas e da natureza é legítima, embora muitas vezes não seja legal. Já que em nossa sociedade o Estado é organizado a serviço do capital, e as leis existentes são para preservar a propriedade privada. Eles detém o judiciário, executivo, legislativo (com raras exceções) a seu serviço bem como contam com o aparato dos MCS, que deliberadamente trabalham para que o povo e a sociedade pense a partir da lógica do capital.

Para nós resta-nos lutar. Lutar e lutar pela vida. Nossa arma é o amor, é o cuidado que nos impulsiona e nos dá coragem de reagir e agir diante das estratégias maquiavélicas do capital.

Da luta não fujo, na luta continuaremos! Fortalecer a luta em defesa da vida! *Todos os dias!* **MMC/SC.**

ARTIGO DE UM JORNALISTA DE JUIZ DE FORA Para os milhões de Homer Simpson e com qualidade global.

Laerte Braga

Os principais veículos de comunicação do País, a GLOBO na “vanguarda”, ocupam boa parte do noticiário dos últimos dias para “denunciar” a destruição do laboratório da Aracruz, no Rio Grande do Sul, ação desfechada por movimentos sociais, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) à frente.

O enfoque dos noticiários se volta para o que chamam de vandalismo, reforçam a convicção que foi destruído um laboratório de pesquisas capaz de gerar riquezas ao País e acentuam a adoração ao capital estrangeiro gerador de “novas tecnologias”.

Nem uma palavra sobre o efeito predador das plantações de eucaliptos. O deserto futuro que está sendo criado. Logo, vamos estar nos alimentando de tecnologia, pois plantar não vai ser possível.

O Ministério Público Federal quer processar o líder do MST João Pedro Stédille por ter feito declarações em apoio a ação.

A CNA (Confederação Nacional da Agricultura) contratou uma “pesquisa” ao IBOPE, em cima do laço, para reforçar a campanha contra o movimento.

Nenhuma palavra de indignação com o fato da soma das tarifas bancárias cobradas

pelos bancos brasileiros ser maior que o orçamento de 26 estados da Federação.

Nada de revolta pela absolvição de dois deputados corruptos e o grande acordo PT/PFL para salvar os caras que passaram no guichê do Banco Rural e pegaram grana para “suas campanhas”.

Quando muito a notícia em si e um outro comentário.

A série JK exhibe uma fase da história do Brasil em que o crescimento econômico é real. Chico Oliveira, em seu “Crítica a razão dualista” mostra e prova que não houve, nem àquela e nem agora, falo de épocas, preocupação das elites com transformar esse crescimento em sinônimo de distribuição de renda. Pelo contrário. O modelo acentuou a concentração. E de forma deliberada.

O que o antropólogo deixa sem margem a contestação ali, é que a transferência de salários para a classe média atendeu apenas a uma necessidade das elites, do contrário nem isso.

O Estado de São Paulo tem 61 bilhões para cobrir suas despesas. O segundo em arrecadação é o Estado do Rio com 27 bilhões, dados levantados pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região e obtidos junto ao IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Os bancos, por serviços prestados, as tais tarifas, arrecadaram 31 bilhões de reais. O mesmo valor de R\$ 31 bi, pagos pelos clientes aos sete maiores bancos em 2005, representa a soma de todas as despesas orçamentárias de 12 estados da União: Amapá, Acre, Alagoas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraíba, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.

Banco do Brasil, Caixa, Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander Banespa e Nossa Caixa, A turma é essa. Três são bancos públicos. Do Brasil e Caixa Econômica, federais, a Nossa Caixa do governo do Estado de São Paulo.

No país dos banqueiros o MST é o culpado da Aracruz celulose, em nome do lucro, estar gerando um deserto futuro em todo o território do Rio Grande do Sul. Vamos comer tecnologia.

O modelo político e institucional está falido e a ação do MST cumpre o papel que deveria ser do Estado. Esse está privatizado e Lula faz parte do esquema. Mantém a estrutura montada no governo tucano intocada. Aceitou e aceita o modelo MONSANTO das empresas que ratearam o Estado brasileiro transformando-o numa grande S/A de grupos que não têm interesse algum no País.

Criam uma legião de Homer Simpson como bem definiu o robô que apresenta o Jornal Nacional, secundado pela mídia, que é braço desses grupos e vende a idéia que a desordem, o caos, é gerado pelo MST, ou pelo conjunto de forças que lutam contra outro estado, o estado atual de coisas no Brasil.

O que há é uma farsa, uma bem montada farsa e todo esse aparato de indignação com o MST apenas encobre a corrupção, a entrega do Brasil.

Não há a menor dificuldade nisso. Banqueiros, latifundiários, grandes conglomerados, os donos, essa gente não tem nem pátria, nem escrúpulos e a Meca deles pode ser vista na astronômica e imoral arrecadação com tarifas bancárias.

O esforço em criminalizar o MST é para desviar a atenção, evitar que os Homer Simpson, num dado momento, possam ter um outro momento, o de lucidez e perceber que os desordeiros são eles.

Essa conversa de democracia, respeito às leis, isso é a desordem transformada em ordem por conta de interesses espúrios e que estão transformando o Brasil numa colônia do capital estrangeiro. Sem volta do jeito que está.

Lula está lá, na Inglaterra, tricotando com a rainha e acertando com Tony Blair “novos investimentos”. Já o tal projeto Brasil que falou, esse foi para o espaço. Chávez é o líder revolucionário da América do Sul.

O Horto Florestal e os Terroristas

O Horto Florestal Barba Negra, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, amanheceu sendo furiosamente destruído neste 8 de março. Terroristas da mais perigosa estirpe, ao que parece. Daqueles sem escrúpulos. Gente que ao longo das últimas décadas vem aniquilando o modo de vida de comunidades locais pelo Brasil,

quilombolas, Tupinikins, Pataxós, Guaranis, pescadores e camponesas, sem o menor remorso. Invadem terras, causando êxodo rural e a dispersão de muitas comunidades. Rios degradados. O uso intensivo de agrotóxicos contamina a água, o solo e as pessoas. Mentem deslavadamente. Definitivamente, são perigosos. Como se fosse pouco, ainda recebem gordos incentivos do Governo, desde a época da ditadura militar (quando foram favorecidos para ocupação de terras indígenas quilombolas). Em dezembro de 2005, foi aprovado empréstimo de R\$ 297.209.000,00 pelo BNDES à Aracruz que, entre outros, servirá para modernização da sua fábrica de celulose no Rio Grande do Sul. O prazo de carência desses créditos do BNDES é de 21 meses, só a partir daí começam os pagamentos do empréstimo: os prazos das amortizações chegam a 84 meses. Tudo isso a juros de até incríveis 2% ao ano!

O BNDES também emprestou US\$ 318 milhões para a construção da fábrica da Veracel (empresa da Aracruz Celulose e Stora Enso, sueco-filandesa – são concorrentes mas ao mesmo tempo sócias, alguém entende?), na Bahia. Além do Governo Federal, o Governo do Rio Grande do Sul já financiou mais de R\$ 29 milhões, desde 2004, no agronegócio "florestal". Com tantos aliados assim, fica fácil atingir o lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão (como em 2005). Vejamos, agora, o contraste com outras notícias dessa semana: O endividamento e a descapitalização dos pequenos produtores rurais provocarão, pelo menos, oito atos públicos até o final do mês (março) no Rio Grande do Sul. Um levantamento feito pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag) aponta que mais de 100 mil agricultores não terão condições de pagar os financiamentos, o equivalente a 25% do segmento familiar no Estado. Atualmente, as taxas de juros praticadas no Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) variam até 8,75% ao ano. Ainda falando em números, em 2001 a agricultura familiar recebeu de investimentos públicos R\$ 600 milhões para todo país, enquanto a Aracruz recebeu das mãos do BNDES R\$ 666 milhões para sua terceira fábrica.

Talvez não esteja explícito a importância da agricultura familiar, propositalmente, afinal, não é do interesse do modelo de desenvolvimento excludente que está por detrás desta atividade.

Mesmo assim, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, falou que a consciência democrática dos brasileiros foi ferida, e que "...episódios deste tipo em nada contribuem para um debate sério e conseqüente a respeito do modelo de desenvolvimento rural que queremos para o nosso país."

O que é democracia, afinal? Esses movimentos sociais sempre estiveram batendo na porta do Governo para conversar, sempre tentaram buscar acordos com as empresas. O que será que houve? Sejam ingênuos, mas não sejam marionetes. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi radical: suspendeu toda e qualquer relação institucional com a Via Campesina e com as instituições a ela vinculadas (como se tivesse tido alguma decência).

A Aracruz Celulose, e todas outras do setor, vêm sofrendo forte pressão popular, pelas razões descritas aqui e muitas outras, há muito tempo. Por isso estava precisando de um "descuido", como esse da Via Campesina, Para desmantelar seus oponentes frente à opinião pública. Apoiada no sensacionalismo "a la reality show" da mídia, mais diversas notas pagas de capa e meia página de jornal, ela coseguiu. Pobre vítima.

Toda essa briga é pela produção de papel para exportação (e não esqueçam que não é apenas a Aracruz nesse jogo), principalmente para os EUA, que consomem 9 vezes mais papel que os brasileiros. Então, perguntamos, porque não produzem direto lá, mesmo? Será pela mão-de-obra barata? Isenção de impostos e incentivos do Governo? Os passivos ambientais que ficarão para as próximas gerações? Ou será que é porque aqui o povo não se importa? Até pagamos por isso, não?

Este fato - que de isolado não tem nada - trouxe à tona, também, uma questão interessante: os políticos desse país nunca estiveram tão afinados, em esfera municipal, estadual e federal, todos empenhados em construir um país para inglês ver. Será que chegaram à conclusão de que a solução é comer papel?

COMENTÁRIOS NA INTERNET NA REDE DOS MILITARES NACIONALISTAS

" E pensar que em 1971 aconteceu o 1º Congresso dos Sem Terra, em Brasília!

Eles requisitavam a mesma coisa que hoje em dia: a reforma agrária ou que as terras de latifúndios improdutivos, as terras onde se plantava para enriquecer o tráfico de drogas ou as terras q. pertenciam ao governo mas eram mantidas improdutivas lhes fossem entregues para que o camponês, o povo do interior imenso deste país, continuasse fixado à terra ao invés de ficar perambulando pelas estradas ou ser obrigado a se fixar nos perímetros urbanos das cidades, agigantando a favelização sem esperança de um futuro digno.

As maiores extensões de terra improdutivas pertencem ao governo, mas este sempre preferiu vendê-las pelo melhor preço, isto é, serve qualquer moeda exceto a nossa. E as multinacionais como a Monsanto, a indústria farmacêutica, a indústria de celulose, etc... estas vieram comprar as terras e, aos poucos, com a conivência dos governos (de centro, direita, ditadura, esquerda, tanto faz...) fixaram-se no último quintal da A.Latina.

Os governos continuaram a favorecer qualquer comprador, exceto os brasileiros pobres: permitiram que os poderosos criadores de gado se fixassem no norte, destruindo florestas p. formar pastos; que os exploradores de minérios contaminassem a preciosa rede pluvial com mercúrio e outros metais pesados; que os índios permanecessem tanto tempo sem cidadania (pela lei eram "tutorados") e contidos em reservas miseráveis até que "descobrissem" que poderiam sobreviver vendendo seus conhecimentos e habilidades para estrangeiros, desde animais silvestres a plantas medicinais, além de ajudarem na extração da madeira nobre. Não podemos nos esquecer do recente (2002) episódio com a Base de Alcântara quando, mais uma vez sem o conhecimento público e já no fechamento das luzes do governo, FHC tentou assinar um Tratado literalmente entregando a Base aos americanos através de "arrendamento". Dentre outras condições humilhantes, containers chegariam de avião mas não deveriam sofrer qualquer fiscalização ou controle da parte da alfândega ou autoridades brasileiras. Os nativos só serviriam para carregar os volumes, entregando-os numa parte da Base onde, daí em diante, teriam acesso totalmente vetado. E novas extensões imensas de terra, em ponto tão estratégico (entrada da Amazônia), seriam de uso exclusivo dos americanos, assim como o acesso marítimo e aéreo à Base.

E agora, para facilitar mais ainda a presença estrangeira, o governo Lula apoia o "arrendamento" das nossas florestas por 40 anos para qualquer estrangeiro que deseje explorá-las...

O que sabemos sobre o MST, sobre João Pedro Stédile? Já pararam para pensar que talvez não saibam nada do que realmente acontece com este movimento reconhecido mundialmente e que já foi matéria de capa da revista Time?

É o segundo maior movimento organizado camponês do nosso planeta (o maior acontece na Índia)!! Será que Stedile está tão errado em requisitar as terras que há tantos anos solicita aos sucessivos governos para entregá-las a brasileiros pobres?

De que outra forma é possível lutar para conseguir o que lhe é de direito, quando os poderosos se unem para impedir o acesso à terra? Quando sai na mídia que o MST invadiu a fazenda de um presidente, a esperança é que as pessoas indaguem e questionem o que realmente está acontecendo. Quando mulheres camponesas invadem e quebram tudo dentro de um laboratório é para se perguntar,

pelo menos, que maluquice é esta?! Por que logo este laboratório?? A resposta está nos tais 20 anos de pesquisa a serviço da multinacional de celulose mas, principalmente, no que significa a constante reposição de extensas florestas de eucalipto, por anos a fio, quando é de conhecimento comum o que a monocultura provoca no solo, os danos irreversíveis, sobretudo quando se trata do eucalipto. Mas o que vemos na tv é uma cientista chorando os 20 anos em que trabalhou na pesquisa. Depois ela vai para casa e seu emprego continua garantido. E as camponesas, alguém entrevistou-as para saber o que pensam, por que fizeram isto, como é a sua vida e da sua família?

As notícias que chegam do MST já vêm filtradas através de um profundo preconceito que define e explica o comportamento indiferente do espectador/telespectador, principalmente o urbano: esses camponeses são pessoas incultas, "hordas" de pobres que não têm mesmo lugar no país porque se tornaram bandos de malfeitores a serviço e organizados pelo economista Stedile. As pessoas não acreditam numa realidade tão distante da sua, preferem aceitar as notícias via sistema Globo e afins, não percebem que o MST e outros poucos movimentos constituem-se na última e frágil fronteira contra os interesses externos claramente encampados pelos sucessivos governos. Daí, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, não ter qualquer voz ativa quando o governos prefere que predominem os interesses do representante da Monsanto no Brasil, o ministro da Agricultura, aquele mesmo que permitiu o plantio da soja transgênica no sul.

Alguém leu o que o MST divulgou na época? Há vastas extensões de terra que pertencem à Monsanto na Argentina, justamente para aí só plantar transgênicos. Por que será que no México, nos EUA ou no Canadá quase não há mais plantio de transgênicos?

E o que dizer do profundo silêncio da mídia em geral sobre o MST, capitaneada pelo sistema Globo que, reconhecidamente, obedece à interesses externos? Justamente nestes momentos é que ela se revela, tratando-nos a todos como "Homer Simpson" pois as notícias nos chegam distorcidas, mal analisadas ou sem todas as facetas da verdade, para que possamos exercer nosso direito e capacidade plena de análise. A opinião e o julgamento já vêm formados...

Benditas Mulheres que Ocuparam a Aracruz

A ocupação do horto florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul, por trabalhadoras camponesas ligadas aos movimentos da Via Campesina, foi notícia em toda a grande mídia brasileira e em jornais do exterior. Um mesmo fato foi visto (e mostrado) por duas óticas diferentes. Por um lado, a crítica irracional e fanática, acusando que aquele era um gesto qualificado como baderna, terror e etc.

Mas, de um outro ângulo, há também a percepção do verdadeiro significado do ato acontecido no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher. Boa parte da imprensa preferiu fazer um verdadeiro alarde e sensacionalismos, mostrando que se tratava de uma invasão e destruição de algo que poderia beneficiar a sociedade. Quando na verdade, o objetivo da ocupação era denunciar o impacto social e ambiental provocado pelo mono cultivo de eucaliptos.

As mulheres militantes da Via Campesina que entraram no horto florestal não foram para estragar, mas para evitar grandes estragos que já estão sendo causados pelo cultivo do eucalipto em algumas regiões. O deserto verde, formado pelas plantações do eucalipto, destrói o solo e consome uma enorme quantidade de água. E, além disso, que já é bastante, o mono cultivo do eucalipto é capaz de gerar apenas

um emprego em cada 185 hectares de terra ocupada. Elas foram mostrar isso para a sociedade, foram fazer a denúncia do que realmente significa o cultivo do eucalipto que poderá transformar o pampa num deserto verde.

Uma reportagem de telejornal mostrou uma das pesquisadoras do horto florestal da Aracruz chorando, lamentando a "perda de 20 anos de pesquisa". Mas o que é verdadeiramente lamentável é que ela não tenha investido esses anos todos em pesquisas para a proteção da biodiversidade da natureza e da dignidade das pessoas. Preferiu trabalhar para o capital, para o agronegócio e não para a vida. A mesma pesquisadora, ao se referir ao fato da destruição do viveiro e laboratório da Aracruz, disse que não entendia aquela atitude e que gostaria de saber o que tinha no coração das pessoas que fizeram aquilo.

Podemos imaginar o que se passava no coração de quem teve a coragem de entrar lá e destruir o que fosse possível. É a preocupação com vida, é o medo de ver a natureza ser destruída em nome de um falso progresso. E como foi uma ação das mulheres camponesas, entendemos bem que se trata de uma atitude do instinto feminino e materno, um sentimento natural de proteger a vida de hoje e do futuro. Foi um gesto de quem se preocupa com os filhos (que já nasceram e que vão nascer). Certamente uma grande parte da opinião pública, por um tempo, vai estar se posicionando contra a ação das camponesas.

Mas, é preciso dizer que elas fizeram algo em defesa da vida. E seu gesto poderá não ser compreendido nos nossos dias, não por falta de motivo e sentido naquilo que elas fizeram, mas porque falta a capacidade mesmo de nossa sociedade compreender certas coisas. É impressionante como a sociedade do nosso tempo é incapaz de compreender gestos proféticos de quem luta pela vida. Mas, essa mesma sociedade será julgada pelas futuras gerações que, certamente, não aceitarão a forma de como a natureza é tratada nos dias de hoje.

As futuras gerações vão lamentar por tudo o que estamos fazendo contra a biodiversidade do nosso planeta, o único lugar que temos para se viver; vão lamentar também a incapacidade de muitos em compreender o gesto profético do dia 8 de março de 2006, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. As futuras gerações vão dizer:

"Benditas mulheres que ocuparam Aracruz".

pilato@terra.com.br

Texto compilado pelo Gabinete Frei Sérgio - PT/RS

Mais informações www.mst.org.br